

MICROCRÉDITO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: O AGROAMIGO INVESTIMENTO E CUSTEIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Microcredit, infrastructure and rural development: Agroamigo investment and funding in family farming in the territories of Rio Grande do Norte

Emanoel Márcio Nunes

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisador CNPq. emanoelnunes@uern.br

Ionara Jane de Araújo

Economista. Mestre em Economia Rural. Bolsista EXP-B do CNPq. ionarajane@gmail.com

Andreya Raquel Medeiros de França

Gestora Ambiental. Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFRSA). Bolsista EXP-B do CNPq. andreya_raquel@hotmail.com

Jéssica Samara Soares de Lima

Economista. Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Bolsista EXP-B/CNPq na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). jessiksamara@hotmail.com

Lilian Silva de Medeiros

Graduanda em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista de Iniciação ao Extensionismo do CNPq. lilian_medeiros19@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (AGROAMIGO) nas suas linhas de Custeio e Investimento, com a finalidade de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. A pergunta a ser respondida é: quais as contribuições que o AGROAMIGO tem gerado junto aos agricultores familiares nos seus dez anos de existência? Para isso, o estudo se baseou numa metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e se apoiou nas argumentações com dados secundários de diversas fontes e pesquisas. Conclui-se que o AGROAMIGO tem apresentado dois caminhos. De um lado, está financiando mais Investimento e menos Custeio para atividades econômicas tradicionais, especialmente as relacionadas à pecuária. De outro, é notado o início de um processo ainda tímido de diversificação econômica das atividades, com o surgimento de novas cadeias produtivas, especialmente as relacionadas ao processamento de produtos agropecuários, a exemplo da apicultura, cajucultura e fruticultura, esta última com a produção de polpa de frutas.

Palavras-chave: Microcrédito rural; Territórios; Agricultura Familiar; Desenvolvimento rural.

Abstract: This article aims to analyze the Rural Microcredit Program Oriented and Accompanied (Agroamigo) in their lines Funding and Investment, in order to investigate their relationships and interfaces with family farms from Rio Grande do Norte, from the territories Açu-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi and Sertão Central Cabugi and Litoral Norte. The question to be answered is: what are the contributions that the Agroamigo has generated close to family farmers in its ten years of existence? For this, the study was based on a qualitative methodology with semi-structured interviews and is based in arguments with secondary data from various sources and research. The conclusion is that Agroamigo has shown two paths. On the one hand, it is financing more investment and less Costing for traditional economic activities, especially those related to livestock. On the other, it is noticed the beginning of a still shy process of economic diversification of activities, with the emergence of new production chains, especially those related to the processing of agricultural products, such as beekeeping, cashew cultivation and horticulture, the latter with the production of fruit pulp.

Key words: Rural Microcredit; Territories; Family Farming; Rural Development.

1 Introdução

Tem sido cada vez maior a preocupação de elaboradores de políticas e pesquisadores, especialmente com a criação e a introdução de mecanismos que, na prática, sejam capazes de dar respostas no sentido de gerar cada vez mais ações de inclusão produtiva e social, promover crescimento com desenvolvimento e reduzir desigualdades regionais. Nos anos entre 1965 a 1985, o Estado brasileiro assumiu o financiamento do processo de transformação do meio rural, priorizando de forma explícita a modernização, por meio de modelos especializados e exógenos baseados na industrialização da agricultura. Para o financiamento da modernização foi criado, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se materializou como importante mecanismo de política agrícola destinado a fornecer crédito nas finalidades Investimento e Custeio, principalmente para grandes produtores rurais e empresas agrícolas, deixando de fora e sem acesso ao crédito a maioria absoluta dos agricultores familiares. No entanto, no decorrer dos anos 1990 e 2000 vem sendo notado um crescente interesse por dinâmicas de desenvolvimento rural, estas baseadas no segmento da agricultura familiar. Esse interesse passou a fazer com que a agricultura familiar alcançasse cada vez mais sua afirmação, consolidando-se como importante instrumento de promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais. Essa consolidação acontece devido à criação de mecanismos de política agrícola específica, especialmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, este atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir da sua criação, o PRONAF se materializou como importante mecanismo de política agrícola voltado para a oferta de recursos e de serviços financeiros à agricultura familiar, e passou a se firmar como política de desenvolvimento com foco na oferta.

Das modalidades do PRONAF destaca-se o Grupo B, público do *Microcrédito* rural que representa os agricultores familiares mais pobres, os que constituem a base da pirâmide econômica das atividades rurais. Acontece que até o ano 2000 havia sérios problemas na operacionalização do crédito por meio do PRONAF B, que impactavam nos resultados e geravam crescente inadimplência devido à deficiência na orientação ao agricultor fa-

miliar e no acompanhamento dos empreendimentos, o que desviava do objetivo do PRONAF. Com a finalidade de reduzir as distorções geradas pela metodologia do PRONAF B na região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou no ano de 2005 o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (AGROAMIGO). O AGROAMIGO consiste de uma metodologia de concessão de crédito rural com atendimento personalizado por assessores de microcrédito, e surgiu com a finalidade de estimular ações de Inclusão Produtiva para os agricultores familiares do PRONAF B. E essas ações se materializam mediante a concessão de *Microcrédito* às atividades agrícolas e não agrícolas (turismo, artesanato, serviços rurais etc), destinado à estruturação econômica, organização coletiva e diversificação¹ da base produtiva da agricultura familiar, por meio de cadeias produtivas capazes de operar com agregação de valor, comercialização agrícola e gerar ocupação e oportunidades dignas no meio rural.

No entanto, sempre se manteve um abismo entre produção da agricultura familiar e os mercados, devido à ausência e deficiência de investimentos para infraestrutura de produção econômica e de organização coletiva para gerar crescimento, de um lado; e, de outro, a carência de recurso de Custeio para tecnologias e capital de giro necessários para viabilizar a gestão das organizações coletivas e possibilitar a criação de oportunidades dignas de inclusão a partir do meio rural e gerar desenvolvimento. Na região Nordeste do Brasil, a estruturação da agricultura familiar tem ocorrido especialmente pela ação de políticas de desenvolvimento rural, como os acordos de empréstimos firmados entre governos estaduais e o Banco Mundial, os quais resultaram importantes para a estruturação de cadeias produtivas desde os anos 1980 até o início dos anos 2000. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP) e o Programa Desenvolvimento Solidário (PDS), que foi denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), além do PRONAF infraestrutura, este último vigente de 1998 a 2002, foram determinantes nesta estruturação.

1 A diversificação do meio rural é neste artigo entendida segundo as ideias de Ellis (2000, p. 44): “A diversificação das estratégias dos agricultores familiares é definida como um processo pelo qual as unidades familiares de produção constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (portfólios) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida”.

Diante disso, o objetivo é mostrar o alcance do AGROAMIGO nas suas finalidades Custeio e Investimento, com o intuito de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos territórios Açú-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Como elementos de análise têm-se os resultados de pesquisa alcançados por meio da estruturação das unidades de produção e beneficiamento de produtos agropecuários nos dez anos de operação do AGROAMIGO, ou seja, de 2005 a 2015. Assim, a questão é: quais as contribuições que o AGROAMIGO tem gerado junto aos agricultores familiares nos seus dez anos de existência no que diz respeito à utilização dos recursos de investimento e custeio? E o financiamento da infraestrutura de produção e de organização coletiva da agricultura familiar por meio do *Microcrédito* do AGROAMIGO tem gerado dinamização e diversificação da base produtiva de forma satisfatória? A hipótese é a de que os recursos de Investimento do AGROAMIGO têm sido mais utilizados que os de Custeio, e direcionados mais para cadeias produtivas tradicionais dos quatro territórios, necessitando ampliar o acesso desta modalidade de *Microcrédito* para cadeias novas. Por outro lado, dificuldades de operacionalizar o *Microcrédito*, assim como de outros serviços financeiros por parte dos agricultores familiares mais pobres limitam a estruturação econômica, a organização coletiva, o acesso a mercados e a diversificação econômica do território. Isso é reflexo da insuficiente articulação institucional dos próprios agricultores familiares para pactuar acordos e contemplar suas demandas financeiras, assim como do cumprimento dos pactos para a inclusão produtiva via projetos de infraestrutura e gestão.

2 Referencial Teórico

2.1 Investimento, Infraestrutura Econômica e Crescimento

A discussão em torno dos fatores que determinam o desenvolvimento tem sido, ao longo dos anos, uma questão que muito preocupa tanto lideranças políticas de países e regiões econômicas menos favorecidas, como estudiosos ligados às ciências humanas e sociais aplicadas. Para Nunes *et al.* (2014), esta questão se coloca com impor-

tância para regiões com desigualdades, a exemplo do Nordeste do Brasil, onde parte significativa da sua população, especialmente a rural, ainda vive em condições precárias. Deve-se considerar que os baixos indicadores encontrados no Nordeste tendem a revelar, inclusive, a deficiência e a inoperância na aplicação de políticas tanto de investimento como de custeio, e uma marcante concentração geográfica da atividade econômica. Dessa forma, conforme Nunes *et al.* (2014), as políticas públicas destinadas pelo Estado visando à eliminação ou ao aviltamento tanto das causas como dos sintomas das desigualdades, como a obtenção de melhores indicadores tenderam, ao longo das décadas, a assumir um caráter estratégico de políticas regionais. E no caso do Nordeste, como em regiões menos favorecidas do mundo, ainda é fundamental a intervenção do Estado no sentido de estimular e dar suporte às atividades econômicas por meio do investimento destinado à construção da infraestrutura de produção para gerar crescimento. Dessa forma, essa estrutura construída de forma endógena passará a demandar cada vez mais recursos financeiros de custeio, como forma de ser utilizada como instrumento indispensável para, com os recursos de custeio gerar riqueza nova, diversificar a economia e ampliar as oportunidades de inclusão produtiva e social para o maior número de pessoas.

Essa é uma das questões centrais das teorias de desenvolvimento e dos mais acirrados debates a partir da segunda metade do século XX, especialmente nos países em desenvolvimento, tendo sido a teoria keynesiana a primeira a considerar as decisões de investimento como independentes na economia. Em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, Keynes trata o investimento como variável tipicamente endógena, ou seja, capaz de responder a mudanças em outras variáveis. De acordo com Keynes (1982), o agente econômico tomaria a decisão de investir baseado na comparação entre a taxa de retorno esperada do investimento e o custo de oportunidade do capital a ser investido, que é dado pela taxa de aplicação no mercado financeiro (taxa de juros). Segundo Keynes (1982), em qualquer decisão de investimento, o agente econômico se vê diante do cenário futuro e, portanto, forçado a antever o comportamento do mercado para o resultado específico a ser gerado pelo investimento. Sob essa perspectiva, o investimento é visto como decisões que são tomadas sob condições de incerteza, que exigem previsões so-

bre retornos futuros e os custos de capital, o que o torna intrinsecamente volátil.

Para Keynes (1982), no sistema capitalista as flutuações do investimento e, por conseguinte, da demanda agregada, são resultantes da escolha intertemporal do agente econômico entre a retenção de dinheiro, e a de realizar investimento em atividade produtiva, decisão que é dada pela comparação entre a taxa de juros (“recompensa” pela renúncia à liquidez) e a eficiência marginal do capital (retorno esperado para o investimento), diante de um cenário futuro de incerteza. A teoria keynesiana, além de pioneira em considerar as decisões de investimento como independentes na economia, forneceu diversos conceitos e ideias que, mais tarde, foram essenciais para o desenvolvimento de teorias econômicas sobre investimento agregado. As ideias de Keynes (1982) possibilitaram relevantes contribuições à literatura econômica de investimento como variável endógena voltada para o crescimento, e foram incorporadas por economistas do mundo inteiro, especialmente a partir dos anos 1950.

Na verdade, a ideia central incorporada nos modelos endógenos de crescimento envolve a busca constante pela superação dos rendimentos decrescentes no processo de produção em face das externalidades geradas pela atuação das firmas individualmente que levariam à geração de rendimentos crescentes em termos da economia agregada. Em seu trabalho *On the mechanics of economic development*, de 1988, Robert Lucas, por sua vez, inspirado na teoria do capital humano, concebeu importantes contribuições na literatura econômica do investimento, impulsionando na direção de um novo paradigma em modelos de crescimento. Para Lucas (1988), o capital humano poderia, inclusive, gerar externalidades que levariam a rendimentos crescentes na função de produção agregada, e o investimento público afetaria a produção econômica por dois caminhos: 1) um direto, a partir da variação na renda provocada por uma variação do investimento público; e 2) um indireto, por meio do efeito positivo do aumento do investimento público sobre a produtividade marginal do capital e do trabalho. Portanto, o investimento, incluindo agora o investimento público, se destaca como indispensável para explicar os níveis de renda e de emprego, por causa dos seus efeitos diretos sobre a produção e seus efeitos indiretos sobre a produ-

tividade do capital e do trabalho².

Neste sentido, economistas desenvolvimentistas passaram a destacar a importância, especialmente do investimento público, como variável endógena de economias avançadas aproximando a literatura para as especificidades de países em desenvolvimento, com a finalidade de quebrar o círculo vicioso das desigualdades entre estes países e suas regiões. Na sua obra *The Strategy of Economic Development*, de 1958, Albert Hirschman mostrava que a discussão sobre crescimento das economias avançadas estava ancorada em três elementos: a) poupança; b) investimento induzido x autônomo; e c) produtividade do capital. Para Hirschman (1958), nas economias avançadas as decisões sobre poupança e investimento são consideradas independentes, pois a renda e o emprego são importantes determinantes na oferta de poupança. Por outro lado, nas economias menos avançadas, em desenvolvimento, as decisões de poupança e investimento são amplamente interdependentes. Segundo Hirschman (1958), nestas economias mais atrasadas e em desenvolvimento, as sucessivas adições na poupança dependem mais de maiores oportunidades de investimentos e da remoção de vários obstáculos para a atividade do investimento do que do aumento da renda.

Nos países desenvolvidos e suas regiões, conforme Hirschman (1958), a relação capital-produto pode ser considerada um coeficiente da tecnologia, em que uma variedade de projetos com algum tipo de distribuição equilibrada de coeficientes entra em operação. Entretanto, isto não ocorre da mesma maneira nos países e regiões em desenvolvimento, devido à produtividade do capital ser comprometida por obstáculos, a exemplo da escassez e deficiência de infraestrutura, uma iniciativa privada frágil e impotente, além dos relacionados à pouca qualidade e reduzida capacidade de resposta do capital humano. Para Hirschman (1958), a superação destes obstáculos provocaria um aumento considerável e repentino na produtividade do capital existente e, no caso dos países em desenvolvimento e suas regiões, a crença no crescimento baseado

2 De acordo com Bielschowsky (2002), os investimentos em infraestrutura constituiriam um dos fatores para explicar as diferenças de crescimento entre os países e regiões. O retorno do investimento privado pode ser aumentado, caso existam melhores sistemas de comunicação, facilidades de transporte e de energia, significando que o mecanismo de transmissão ocorre pelo lado da oferta agregada. Esse fenômeno é denominado na literatura de crowding-in, quando o capital público e o capital privado atuam como bens complementares.

apenas na propensão a poupar e na relação capital-produto não seriam capazes de mostrar os mecanismos pelos quais a dinamização da economia encontraria seu caminho, sendo levada adiante em um ambiente de economia limitada. Daí a necessidade da intervenção do Estado, no sentido de incorporar o investimento público e possibilitar sua relação com o investimento privado, na tentativa de dotar a frágil iniciativa privada de musculatura suficiente para desencadear atividades produtivas.

Neste sentido, Hirschman (1958) afirma que a ação do Estado, com a incorporação induzida do investimento público, é o ingrediente mais importante do desenvolvimento econômico, especialmente de países em desenvolvimento e suas regiões. Para o autor, algum investimento público é requerido como pré-requisito dos investimentos em atividades produtivas, principalmente onde existem escassez e deficiência de infraestrutura pública e de estrutura econômica de produção e organizativa. Para Hirschman (1958), o caminho de investimento gerando mais investimento é indireto, ou seja, o investimento em infraestrutura aumenta a capacidade produtiva da iniciativa privada e se a economia expande para acomodar esta nova capacidade, a renda adicional baseada no crescimento da capacidade resultará em mais poupança, e por sua vez, em investimento adicional, gerando com isso o círculo vicioso do desenvolvimento. De fato, existe um efeito, no qual os investimentos de um período frequentemente são as principais forças motivadoras por trás de alguns investimentos adicionais nos períodos subsequentes.

No caso de economias desenvolvidas, o efeito direto resulta num ajuste marginal das produções dos diversos setores na capacidade da iniciativa privada existente. Por outro lado, no caso das economias subdesenvolvidas, o efeito de complementaridade gerado pela necessária ação do Estado com a incorporação do investimento público, reforça e suplementa o vagaroso crescimento devido à reduzida capacidade da iniciativa privada de investir. Para Hirschman (1958), o efeito de complementaridade do investimento é um mecanismo essencial por meio do qual novas energias são direcionadas para o processo de desenvolvimento, destacando os efeitos para frente e para trás envolvendo as atividades produtivas. De acordo com Hirschman (1958), é possível medir o grau de interdependência mostrado por uma indústria considerando, de um lado, a proporção da sua pro-

dução total que não vai para a demanda final e sim para outras indústrias (encadeamento para frente); e, por outro, a proporção da sua produção que representa compras vindas de outras indústrias (encadeamento para trás). Hirschman (1958) discute que a importância do conhecimento dos índices de encadeamento para frente e para trás pode interessar não apenas para reativar uma economia desenvolvida, mas também para alavancar o crescimento de uma economia pobre e em desenvolvimento.

Assim, acredita-se que a ideia dos efeitos de encadeamento para frente e para trás também pode ser aplicada ao investimento público incorporado pela intervenção do Estado. Os investimentos em infraestrutura pública e de produção econômica ao envolverem um grande volume de recursos financeiros demandam grande quantidade de insumos que obviamente estimulam a capacidade produtiva da iniciativa privada que irá fornecê-lo (encadeamento para trás), a exemplo da construção de uma rodovia que demanda significativas quantidades de cimento e asfalto. O efeito para frente dos investimentos em infraestrutura pública, como logística, está no estímulo que as facilidades de transporte, oferta de energia e serviços de telecomunicações podem provocar nos investimentos privados, devido à redução de custos e aumento da produtividade do capital e da força de trabalho.

Desse modo, a conclusão é a de que, tanto na perspectiva Keynes (1982) de crescimento como na concepção desenvolvimentista de Hirschman (1958) se tem como ponto comum a importância da intervenção do Estado na incorporação do investimento público para dar suporte à iniciativa privada e dotá-la de capacidade suficiente para gerar crescimento e desenvolvimento de um país ou região. E que o investimento, tanto em infraestrutura pública como em estrutura de produção econômica e organizativa é essencial para a ampliação do investimento privado, na medida em que torna o mesmo mais barato e mais rentável. Este é, inclusive, o eixo central da teoria de Hirschman (1958), ou seja, a importância do investimento público em infraestrutura para atrair o investimento privado e assim estimular o desenvolvimento e reduzir as desigualdades de um país e suas regiões. Sendo assim, o objetivo aqui é resgatar a contribuição de Hirschman (1958) como referencial teórico deste artigo, na medida em que ela é referendada em seus pontos básicos pelas outras correntes teóricas, e percebe a diferença entre o processo de

desenvolvimento de um país ou região em desenvolvimento, a exemplo da região Nordeste do Brasil, e o processo das economias desenvolvidas para as quais as contribuições de Keynes (1982) foram mais direcionadas.

2.2 Custeio, Geração de Riqueza e Desenvolvimento Rural

Como visto no item anterior, a ação do Estado no sentido de incorporar investimento público, seja para infraestrutura pública e/ou para estrutura de produção econômica, se apresenta fundamental para gerar crescimento e ampliar a capacidade de produção econômica e reduzir desigualdades de países e regiões em desenvolvimento. E como colocado acima, o caminho de investimento gerando mais investimento é indireto, ou seja, a infraestrutura aumenta a capacidade produtiva e se acontece a expansão da economia para acomodar esta nova capacidade, a renda adicional baseada no crescimento da capacidade resultará em mais poupança e, conseqüentemente, mais crescimento. No entanto, a expansão da economia acontece quando são incorporados recursos financeiros de Custeio no sentido de fazer funcionar a estrutura de produção econômica construída com recursos de Investimento. O Custeio, conforme define Ploeg (2013, p. 57), consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção, sendo constituído por todos os gastos relativos ao esforço de produção distribuídos no processo de elaboração de todos os produtos. Os recursos de Custeio absorvidos pela estrutura de produção econômica existente são os responsáveis pela dinamização econômica geradora de riqueza nova e por possibilitar o novo ciclo de investimentos, sendo o alimento constante do círculo vicioso do desenvolvimento.

No que diz respeito às dinâmicas de desenvolvimento rural, estas constituídas pelo segmento da agricultura familiar e foco principal de análise das perspectivas teóricas sobre a relação Investimento x Custeio deste artigo, as contribuições apontam no sentido de que as dinâmicas mais desenvolvidas e preparadas são as capazes de absorver ao longo do tempo uma quantidade cada vez maior de recursos de custeio e menor de investimento. E, no sentido contrário, as dinâmicas mais pobres, vulneráveis e menos preparadas, são as que ao longo do tem-

po demandam mais recursos de investimento e se apresentam cada vez menos capazes de absorver recursos de custeio. Essas últimas, que fazem lembrar realidades da agricultura familiar dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte, no Rio Grande do Norte, se enquadram na constatação de Hirschman (1958), quando este autor aponta que algum investimento público é exigido como pré-requisito dos investimentos em atividades produtivas, principalmente onde existem escassez e deficiência de infraestrutura pública e de estrutura econômica de produção e organizativa. E neste caso, enquanto os recursos de investimento são necessários para a construção da infraestrutura pública e de produção econômica, os recursos de custeio são essenciais para gerar riqueza nova a partir da infraestrutura e viabilizar economicamente todo o processo de gestão e de dinamização tanto das atividades produtivas como das organizações coletivas.

Para Nunes *et al.* (2014), a dinamização econômica requer a existência e/ou construção induzida de uma estrutura de produção econômica e, posteriormente, a oferta cada vez maior de recursos de custeio capaz de possibilitar a agregação de valor e a diversificação das atividades produtivas para alcançar mais competitividade. Segundo Ploeg (2013), esse alcance se dá por meio da iniciativa privada, baseada na organização coletiva e no tripé: crédito, inovação tecnológica e acompanhamento técnico e gerencial. Neste contexto, a contribuição de Lucas (1988) se apresenta válida quando este afirma que o capital humano poderia gerar externalidades que levariam a rendimentos crescentes. Com base na realidade da região Sul do Brasil, Santos Junior & Waquil (2012) constatarem que as agroindústrias têm sido vistas como uma importante estratégia, contribuindo para a dinamização econômica no nível micro. Nesse sentido, segundo Santos Junior & Waquil (2012), iniciativas como as agroindústrias familiares tendem a se constituir estruturas de produção capazes de absorver recursos de custeio e ambiente para desenvolver tecnologias e sistemas de gestão que se adequem à utilização dos recursos locais (do território) e ao seu estágio de desenvolvimento.

Para Ploeg (2008), em sua obra *The New Peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*, nas formas de utilização dos recursos de investimento e de

custeio, o distanciamento ou a aproximação³ dos agricultores familiares com os mercados tendem a variar na mesma proporção dos graus diferenciados de infraestrutura de produção econômica da agricultura familiar. Quanto aos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), é de considerar nessa aproximação ou distanciamento o padrão técnico, assim como o papel da intensificação da força de trabalho familiar. Esta intensificação é o que Ploeg (2008) define *labour-driven intensification* e implica um constante acréscimo na produção, devido a um maior rendimento por objeto de trabalho. Do ponto de vista técnico, esse rendimento aumenta com o uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, ou eficiência técnica melhorada. E, neste caso, é a incorporação dos recursos de investimentos que faz a agricultura familiar construir sua infraestrutura de produção, e a de custeio que possibilita, por exemplo, a viabilidade de ações necessárias como as de acompanhamento técnico para dinamizar o eixo tecnológico, além de recursos financeiros de capital de giro para manter níveis viáveis de gestão das atividades econômicas e a inserção dos agricultores familiares em mercados. São ações como essas que passam a contribuir com a diversificação de atividades produtivas e promovem o processo de inclusão produtiva a partir de oportunidades de ocupação que surgem no meio rural a partir da estratégia *labour-driven intensification*.

Essa estratégia implantada de forma induzida, conforme Ploeg (2008), tende a gerar práticas e ações no nível micro, criando as condições necessárias para que forças endógenas possam surgir e se expandir, gerando o crescimento da economia com riqueza nova, e oportunidades de ocupação a partir dela desencadeando, dessa forma, processos mais autônomos de desenvolvimento rural. O foco dessa estratégia se concentra na diversificação das atividades econômicas capazes de gerar encadeamentos *para frente e para trás*, conforme

apontou Hirschman (1958), e que, a partir dessa diversificação venham a ser criadas oportunidades de ocupação para a inclusão produtiva do maior número de pessoas. Segundo Ploeg *et al.* (2004), essa estratégia se encaixa no ambiente da agricultura familiar por esta se apresentar como ambiente fértil para, a partir da incorporação de recursos de custeio, o surgimento de novidades (*novelty production*) e de inovações (*innovation production*).

Esse é um *approach* que se apresenta adequado para a dinamização econômica nos territórios, especialmente para a incorporação de mecanismos como o AGROAMIGO, assim como para o que Santos Junior & Waquil (2012) constataram no estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, quando estudaram a influência de fatores econômicos, institucionais e sociais na inserção de agroindústrias rurais. É a construção da infraestrutura econômica com investimentos em estrutura de produção, tecnologia e organização coletiva, de um lado, e os recursos do custeio para o acompanhamento técnico, o capital de giro e a gestão das organizações, de outro, o que faz aflorar o desenvolvimento rural por meio das atividades produtivas e empreendimentos econômicos, novas técnicas de produção e riqueza nova. Essa combinação é o que possibilita surgir no âmbito da agricultura familiar de territórios, a exemplo do Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), o que Ploeg *et al.* (2004) definem *seeds of transition*. Segundo Ploeg *et al.* (2004), as novidades e as inovações possuem trajetórias diferentes, pois enquanto as inovações seriam exógenas e definidas como padrão, externas e globalizadas, as novidades seriam endógenas, diversificadas e se caracterizariam pela contextualização, internalização e territorialização. (OOSTINDIE & BROEKHUIZEN, 2008; PLOEG *et al.* 2004; BRUNORI, 2009).

Quanto às políticas mais recentes para o desenvolvimento, em especial para o desenvolvimento do meio rural, o debate mundial tem sinalizado cada vez mais para ações que venham contribuir para a redução das desigualdades e maiores oferta e qualidade dos produtos agrícolas, especialmente nas regiões e países em desenvolvimento. Sugere-se, portanto, que os elaboradores de políticas devem reconhecer a diversificação da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, considerar a necessidade da incorporação dos investimentos públicos pela intervenção, ou ação induzida do Estado, em

3 Em sua obra *Agricultural market economics...*, de 1998, Vitto Saccomandi aponta que na agricultura familiar surgem experiências que constroem trajetórias na perspectiva do crescimento com elevado uso de recursos externos e forte aproximação do mercado monopolista; e outras engendram trajetórias a partir do desenvolvimento endógeno e com certo distanciamento do mercado monopolista. Assim, as primeiras tendem a levar os agricultores familiares a um grau maior de dependência, e as segundas buscam uma relativa autonomia pelo distanciamento gradual dos mercados nocivos, ou seja, os monopólios.

regiões onde as condições necessárias para que as forças endógenas sejam insuficientes para desencadear um processo autônomo de desenvolvimento. Daí, conforme apontam Arias *et al.* (2013) a necessidade de políticas para a agricultura serem direcionadas no sentido de impulsionar e ampliar a produção dos agricultores familiares, para que estes tenham acesso orientado (a exemplo do AGRO-AMIGO) a recursos tanto de investimentos como de custeio, além de apoio político para que possam produzir e se inserir nos mercados para comercializar o excedente de suas produções, especialmente nos mercados locais e regionais. A importância das políticas é devido às características do ambiente da agricultura familiar, onde o conhecimento e a sabedoria das famílias agrícolas são fundamentais tanto para produzir como para enfrentar os constrangimentos no acesso a mecanismos de política agrícola, a exemplo do crédito com finalidades de Investimento e Custeio, e as limitações para se inserirem nos mercados.

Para Arias *et al.* (2013), os agricultores familiares precisam estar dotados de infraestrutura de produção econômica, mais organizados coletivamente e melhor integrados nos mercados, pois somente com maior integração dos mercados e organização coletiva para desenvolver e diversificar cadeias produtivas mais inclusivas é que poderão alcançar autonomia para adotar tecnologias capazes de alcançar rendimentos crescentes e maiores níveis de produção e de produtividade. Os altos preços dos alimentos no nível global têm sido vistos por muitos elaboradores de políticas como uma oportunidade valiosa para agricultores familiares produzirem mais e aumentarem suas receitas no nível local. Entretanto, experiências anteriores mostram que, muitas vezes, os agricultores familiares não têm conseguido gerar riqueza nova e responder aos investimentos como esperado para desencadear dinâmicas de desenvolvimento rural. Altos preços de insumos, riscos e incerteza na fase de produção, pouca organização coletiva e acesso limitado a capital de giro e a instrumentos de gestão restringem o investimento em tecnologias adequadas e mais produtivas que permitam excedentes para os mercados. Enfim, infraestrutura inadequada por insuficiência de recursos de investimento e, conseqüentemente, o acesso insuficiente a recursos de custeio têm contribuído para a deficiência da logística a partir de altos custos de armazéns e de transporte e mercados pouco com-

petitivos, e se colocam contrários levando os agricultores a responder com a redução do seu desempenho como agentes econômicos das dinâmicas de desenvolvimento rural.

3 Metodologia

Para a execução empírica deste trabalho fez-se necessário um adequado amparo metodológico. Adotou-se a abordagem do estudo de caso, no sentido definido por Gil (2007, p. 138):

O conceito de caso, no entanto, ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

Analisaram-se os impactos do *Microcrédito*, na modalidade AGROAMIGO, sobre a estruturação da agricultura familiar, por meio dos recursos de Investimento e Custeio. Primeiramente, o trabalho pautou-se nos métodos qualitativo e quantitativo, no qual parte de uma análise qualitativa que não há medidas. As possíveis inferências aqui apresentadas não são estatísticas e procurou-se fazer análises em profundidade, obtendo-se até as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991).

A unidade de análise é o território, e para o estudo foram utilizados dados obtidos em dois momentos distintos: a) de uma pesquisa de campo realizada com a aplicação de questionário com questões estruturadas e semiestruturadas (abertas e fechadas). Isso permitiu mais clareza e entendimento a partir da percepção dos entrevistados (gerente geral da agência bancária e técnicos responsáveis pelo AGROAMIGO); e b) a partir de um completo e complexo Banco de Dados do BNB que tem informações sistematizadas sobre as operações do AGROAMIGO no período de 2005 a 2015.

Quanto à caracterização do ambiente de estudo, os territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN) são constituídos por um total de 71 municípios, ou 45,22% do Rio Grande do Norte. Os dados do censo do IBGE de 2010 mostram uma área de 25.517 Km² e um Produto Interno Bruto em torno de 18 bilhões de reais, o que representa a segunda con-

centração de riquezas do Estado, atrás apenas da Grande Natal. A população total dos territórios é de 901.246 habitantes, dos quais 242.493 vivem na área rural (30,78% do total), sendo uma região predominantemente rural, conforme Tabela 1.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, PTDRS, de 2010, cada território apresenta uma identidade, a qual expressa suas características e especificidades. O Território Açu-Mossoró traz na sua trajetória a crença na modernização agrícola por meio da agricultura irrigada operada por grandes empresas em um modelo exportador. O Território Sertão do

Apodi tem uma presença marcante da agricultura familiar e se destaca pela construção de uma organização coletiva considerável, devido à presença e ação de padres holandeses e alemães que atuaram no território. O Território Alto Oeste tem uma distribuição intensa dos seus municípios com cadeias produtivas e estruturas frágeis de organização coletiva, tendo sua economia dependente fortemente das transferências governamentais. E, por último, o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte que figura como o mais carente de infraestrutura de produção e de organização coletiva.

Tabela 1 – Caracterização dos Territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (RN)

TERRITÓRIO	Área (Km ²)	Quant. de Municípios	POPULAÇÃO (Censo 2010)			PIB 2010 (em R\$ 1000)
			Total	Rural	%	
Açu-Mossoró	7.974	14	455.521	86.969	19,10	13.909.700,26
Alto Oeste Potiguar	4.048	30	196.280	69.115	35,21	1.052.180,81
Sertão Central Cabugi Litoral Norte	5.215	10	92.242	30.626	33,30	1.954.000,92
Sertão do Apodi	8.280	17	157.203	55.783	35,49	1.084.678,87
Totais	25.517	71	901.246	242.493	30,78	18.000.560,86

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Figura 1 – Mapa Rio Grande do Norte com os Territórios Rurais e da Cidadania



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, PTDRS, 2010.

O **Território da Cidadania Açú-Mossoró** localiza-se no Noroeste do estado do Rio Grande do Norte (RN), sendo constituído por 14 (quatorze) municípios: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. O **Território do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte**, o qual abrange uma área de 5.215,156 Km², é constituído por 10 (dez) municípios: Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Galinhos, Guamaré, Lajes, Macau, Pedra Preta e Pedro Avelino. O **Território Sertão do Apodi** abrange a área de 8.280,20 km², é composto por 17 (dezesete) municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema. O **Território Alto Oeste potiguar** abrange a área de 4.048 km², sendo composto por 30 (trinta) municípios: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel, João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luís Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa.

O período do estudo coincide com o de criação e operacionalização do AGROAMIGO, e procurou-se analisar a suas linhas de crédito para Custeio e Investimento, com a finalidade de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos quatro territórios desde o ano de 2005 até o ano de 2015. A aplicação do questionário buscou complementar a análise com perguntas abertas e fechadas aos agentes de desenvolvimento responsáveis pelo AGROAMIGO das agências bancárias dos quatro territórios, com o recorte temporal do período de junho do ano de 2005 a junho de 2015.

Os questionários foram elaborados com critérios metodológicos previamente definidos, seguindo o roteiro para obtenção de informações como norte orientador fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para ser aplica-

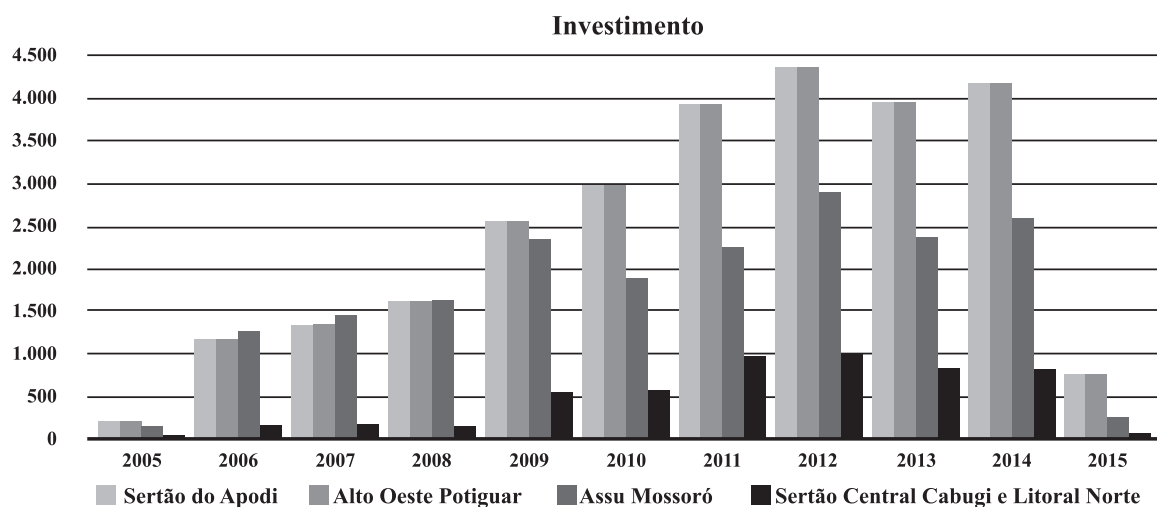
da em territórios da cidadania do País. Os questionários são baseados no roteiro para obtenção de informações sobre Microcrédito, este como instrumento de Inclusão Produtiva, que resultou no relatório de pesquisa de dados Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra. Cabe ressaltar que tal metodologia foi desenvolvida, com experiência piloto em andamento a partir de 10 universidades coordenadoras, sendo essa uma ação de pesquisa científica e de extensão empreendida pela SDT/MDA/CNPq.

4 O Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios selecionados do Rio Grande do Norte

Como ressaltado tanto na problemática da introdução como no discorrer do referencial teórico, um dos maiores desafios para os elaboradores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de países em desenvolvimento e suas regiões, é responder às inúmeras demandas de recursos com finalidades de investimentos e de custeio. Os primeiros destinados à construção da infraestrutura pública e de produção econômica; e o segundo para utilizar e viabilizar o funcionamento da infraestrutura construída e, a partir dela, gerar riqueza nova e oportunidades dignas de inserção para a maioria das pessoas. E, na relação Investimento x Custeio, especialmente para o meio rural espera-se a ampliação das formas de organização coletiva, de forma que se construa uma combinação satisfatória entre financiamento, tecnologia e acompanhamento técnico capaz de desencadear processos tanto induzidos como autônomos de desenvolvimento rural.

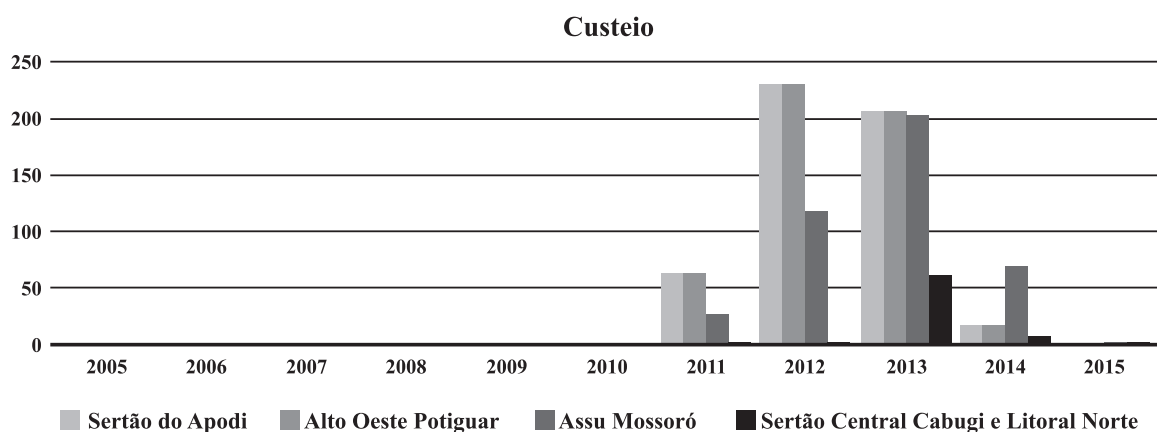
Considerando o desempenho do programa AGROAMIGO finalidade microcrédito Investimento e Custeio nos territórios Açú-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), nos dez anos de atuação, a pesquisa mostra uma evolução considerável da finalidade investimento, especialmente de 2009 a 2014, em que os territórios Sertão do Apodi e o Alto Oeste foram os que mais realizaram operações por meio de contratos. Enquanto isso, os territórios Açú-Mossoró e o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, mais este último, oscilaram e realizaram menos operações de investimento, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de contratos do AGROAMIGO finalidade Investimento (por território/ano de 2005 a 2015)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Gráfico 2 – Número de contratos do AGROAMIGO finalidade Custeio (por território/ano de 2005 a 2015)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Essa análise sugere uma concentração maior dos recursos de investimento para a construção da infraestrutura de produção econômica dos territórios Sertão do Apodi e Alto Oeste, e uma concentração menor nos territórios Açu-Mossoró e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Quanto à obtenção dos recursos do AGROAMIGO com a finalidade Custeio, a pesquisa mostrou que nos cinco primeiros anos, ou seja, de 2005 a 2010, não ocorreu uma operação sequer nos quatro territórios estudados. Conforme mostra o Gráfico 2, somente a partir de 2011 que três dos quatro territórios iniciaram a realização de contratos, sendo eles o Sertão do Apodi, o Alto Oeste e o Açu-Mossoró.

Talvez devido à própria condição de territórios mais dotados de estruturas de produção econômi-

ca, a exemplo dos territórios Sertão do Apodi e do Açu-Mossoró, ou até mesmo pelo grande número de municípios do Território Alto Oeste (são 30 municípios), esses três territórios passaram a realizar um número maior de contratos, especialmente nos anos de 2011, 2012 e 2013, caindo drasticamente em 2014. Já o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, por apresentar maior fragilidade tanto de infraestrutura de produção, como de número de municípios (são apenas 10) e de organizações coletivas, realizou suas primeiras operações apenas em 2013, seguindo a queda dos demais territórios no ano seguinte. Essa queda, especialmente no acesso aos recursos de Custeio diz respeito às dificuldades que os agricultores familiares passaram a enfrentar e se tornar ainda mais vulneráveis

devido aos anos sucessivos de seca, o que fez com que reduzisse as operações do AGROAMIGO.

Quanto à reduzida quantidade de recursos destinados por finalidades de Investimento e Custeio Agrícola e Pecuário, outro motivo pelo qual o AGROAMIGO custeio agrícola não financia as pequenas produções e a diversificação rural deve-se ao fato de o financiamento ser voltado às atividades específicas dentro das unidades de produção familiares, ou seja, financiamento por produto. Na verdade, o que acontece é que o projeto técnico de crédito elaborado pelas agências e escritórios de assistência e extensão rural quase sempre enfoca a produção de subsistência a partir de culturas como milho e feijão, ou outra atividade agrícola de pouca importância econômica. O crédito é específico e pontual para uma ou outra cultura, o que faz com que o agricultor familiar se especialize produzindo os cultivos para os quais há disponibilidade de crédito, em detrimento, por exemplo, da diversificação de atividades e produtos de seu sistema produtivo ou mesmo o plantio dos cultivos voltados à alimentação da família, apenas para o autoconsumo.

Pelos dados da Tabela 2 é possível verificar que, entre as modalidades do AGROAMIGO

nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi, Sertão Central e Litoral Norte (RN), a maior parte do AGROAMIGO é aplicada em investimento pecuário. Durante todo o período estudado, o território Alto Oeste foi o que apresentou os percentuais mais elevados, superando os demais, chegando a alcançar um percentual acima de 90,17% dos recursos em 2013, tendo alcançado o valor mais alto de 99,59% dos recursos em 2007, mostrando uma prioridade do crédito de Investimento Pecuário em todo o período estudado. Em segundo lugar vem o Investimento Agrícola com poucos recursos destinados, tendo alcançado o valor mínimo de 0,41% em 2007, e o valor mais elevado em 2014 com 4,36%, estes com percentuais infinitamente menores do que o investimento pecuário em todo o período de 2005 a 2015. Os demais territórios, Sertão do Apodi, Sertão Central e Litoral Norte, com a exceção do Território Açu-Mossoró, que não destinou nenhum valor em 2005, mas chegou a destinar o percentual de 34,91% para Custeio Agrícola em 2013, seguiram a mesma lógica de destinar o maior percentual dos recursos para o Investimento Pecuário.

Tabela 2 – Percentual de recursos financeiros destinado por território para cada finalidade do AGROAMIGO de 2005 a 2015 (em %)

TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	6,00	5,48	0,12	0,00
Investimento agrícola	0,74	0,66	0,41	4,01	0,93	0,93	0,73	2,28	4,36	1,94	1,33
Investimento pecuário	99,26	99,34	99,59	95,99	99,07	99,07	99,14	91,72	90,17	97,95	98,67
TERRITÓRIO AÇU MOSSORÓ											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,47	2,23	5,37	12,33	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	4,18	9,22	2,20	4,89
Investimento agrícola	0,00	7,90	10,69	15,84	24,38	29,49	25,48	30,72	34,91	17,43	7,49
Investimento pecuário	100,00	92,10	89,31	84,16	75,62	70,51	72,91	62,88	50,50	68,04	87,63
TERRITÓRIO SERTÃO CENTRAL CABUGI E LITORAL NORTE											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	17,47	1,88	1,25
Investimento agrícola	0,00	5,53	7,54	5,91	1,91	0,47	0,74	0,07	8,38	2,82	0,00
Investimento pecuário	100,00	94,47	92,46	94,09	98,09	99,53	99,26	99,60	74,15	95,30	98,75
TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,34
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	22,64	18,64	0,73	3,25
Investimento agrícola	0,00	1,82	1,74	0,76	0,88	0,58	0,44	0,97	3,61	4,94	5,13
Investimento pecuário	100,00	98,18	98,26	99,24	99,12	99,42	99,52	76,38	77,75	94,33	91,61

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Esses percentuais para Investimento e Custeio Agrícola e Pecuário revelam, entre outras características, uma reduzida capacidade de diversificação das atividades produtivas nos quatro territórios, apresentando-se ainda mais aguda nos territórios Alto Oeste e Sertão Central e Litoral Norte. Com relação aos elevados percentuais de Investimento Pecuário, a pesquisa revelou que parte significativa dos recursos foi destinada para um esforço por parte do BNB no sentido de salvar os rebanhos dos períodos prolongados de seca. Outras pesquisas efetuadas recentemente indicam que os resultados produtivos e econômicos do AGROAMIGO se restringem aos limites da porteira, ou seja, no interior das unidades produtivas, já que os recursos do Programa também exercem forte influência no processo de dinamização e crescimento das economias locais, especialmente dos quatro territórios.

Estudos realizados por Abramovay *et al.* (2012), demonstraram que em termos organizacionais o AGROAMIGO procura assentar-se em três pilares: informação, confiança e capacidade de fazer cumprir contratos, e que sua metodologia tem procurado equalizar dois problemas do PRONAF B: a monotonia das operações apenas em atividades agropecuárias e o elevado índice de inadimplência dos agricultores familiares. No entanto, no caso da região Nordeste, segundo Abramovay *et al.* (2012), ainda continua uma significativa monotonia na aplicação dos recursos do AGROAMIGO, o que a pesquisa revelou não ter o Programa conseguido equalizar os problemas do PRONAF B. Na verdade, a maioria das operações de financiamento continua se limitando a ampliar a escala de cadeias produtivas tradicionais que os agricultores familiares timidamente já realizam há muito tempo, e que não se traduzem em diversificação da agricultura familiar, e muito menos em processos de inovação (*innovation*) ou do surgimento de novidades (*novelty*). Conforme mostra a Tabela 3, nos dez anos do AGROAMIGO, de 2005 a 2015, por mais que o caráter institucional do AGROAMIGO tenha sofrido alterações, possibilitando o financiamento de atividades produtivas que agregam valor, além das não agrícolas, mais da metade dos contratos (86,38%) do Sertão do Apodi, (81,51%) do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, (81,61%) do Alto Oeste, e (66,39%) do Açu-Mossoró se concentraram em investimentos voltados para a pecuária, sendo as cadeias tradicionais da bovinocultura, da ovinocultura e da caprinocultura as mais beneficiadas.

Tabela 3 – Principais atividades financiadas com recursos financeiros do AGROAMIGO nos territórios Sertão do Apodi, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Alto Oeste Potiguar e Açu-Mossoró, de 2005 a 2015 (em %)

Cadeias Produtivas	Territórios			
	Sertão do Apodi	Sertão Central	Alto Oeste	Açu-Mossoró
Bovinocultura	63,17	13,49	72,28	43,48
Ovinocultura	16,25	42,27	4,96	17,10
Caprinocultura	6,96	25,75	4,37	5,81
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	3,50	0,31	0,27	1,56
Pesca	2,45	1,11	0,61	13,01
Apicultura	2,14	0,10	0,61	3,57
Piscicultura	1,39	0,13	0,79	1,08
Avicultura	1,31	13,92	6,22	1,75
Suinocultura	1,13	2,69	8,38	0,83
Caju	0,73	0,00	0,03	4,91
Proces. Benef. Castanha de Caju	0,00	0,00	0,00	4,32
Feijao e Milho	0,43	0,07	0,05	0,22
Equinocultura	0,14	0,03	0,00	0,00
Arroz	0,13	0,00	0,01	0,01
Cajá	0,05	0,00	0,00	0,00
Banana	0,03	0,00	0,03	0,70
Diversos	0,12	0,08	1,34	1,57
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Uma estratégia dos gestores do AGROAMIGO para reduzir o efeito da queda na realização dos contratos de Custeio foi mudar o caráter normativo, no intuito de possibilitar a diversificação da agricultura familiar dos territórios, a partir do financiamento de atividades produtivas não tradicionais, especialmente as que agregam valor, a exemplo das que beneficiam produtos e as não agrícolas. Embora predominando as cadeias tradicionais, como a bovinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura, percebe-se, mesmo que ainda à margem, o financiamento de cadeias como apicultura, fruticultura (especialmente para a produção de polpa de frutas), além do processo de beneficia-

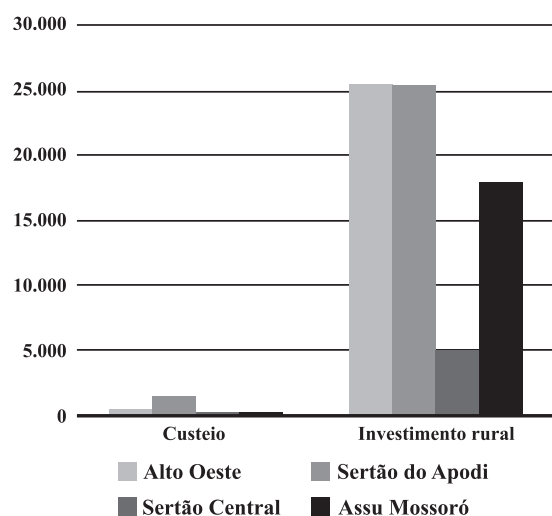
mento da castanha de caju.

Entretanto, cabe ressaltar que o mecanismo de política agrícola voltado para o microcrédito do AGROAMIGO, a despeito dos seus impactos positivos na esfera econômica, não tem sido capaz de possibilitar condições necessárias para que forças endógenas pudessem surgir e se ampliar no sentido de mudar de forma efetiva o padrão técnico que ainda persiste no meio rural brasileiro e, especialmente, no meio rural da região Nordeste. Pelo contrário, pelo que revela a pesquisa, o AGROAMIGO vem nos seus dez anos reproduzindo a antiga receita de manter e estimular entre os agricultores familiares o viés meramente setorial do modelo convencional, além de reproduzir o círculo vicioso e manter a lógica de região pobre de obter muito mais recursos para Investimentos e menos de Custeio.

Essa realidade pode ser evidenciada ao se comparar o total de contratos do AGROAMIGO para cada um dos quatro territórios nos seus dez anos de execução. Como mostra o Gráfico 3, os territórios Alto Oeste e Sertão do Apodi praticamente se igualaram no número de operações contratadas da finalidade Investimento de 2005 a 2015. Enquanto isso, os territórios Açu-Mossoró e o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, ainda mais este último, tiveram uma participação menor no número de operações contratadas do período. Quanto às operações contratadas de Custeio, apenas o Sertão do Apodi e o Açu-Mossoró tiveram um pequeno destaque considerando o reduzido número de contratos para a finalidade Custeio da modalidade microcrédito do AGROAMIGO de 2005 a 2015.

É pequena a diferença das operações de contratos quando se analisa a obtenção por território de recursos financeiros das finalidades Investimento e Custeio da modalidade microcrédito do AGROAMIGO. Como mostram os dados da pesquisa, da totalidade de recursos financeiros destinados para os quatro territórios, a finalidade Investimento manteve-se absoluta, com a obtenção da maior parcela dos recursos. Conforme mostra o Gráfico 4, de um total de R\$ 156.436.008,26 para o período de 2005 a 2015, o Território Alto Oeste foi o que obteve o maior volume de recursos de Investimento (R\$ 58.291.450,49), seguido pelos territórios Sertão do Apodi (R\$ 53.677,934,77), Açu-Mossoró (R\$ 34.172.997,00) e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (R\$ 10.293.626,00).

Gráfico 3 – Total de contratos do AGROAMIGO por território para Custeio e Investimento de 2005 a 2015

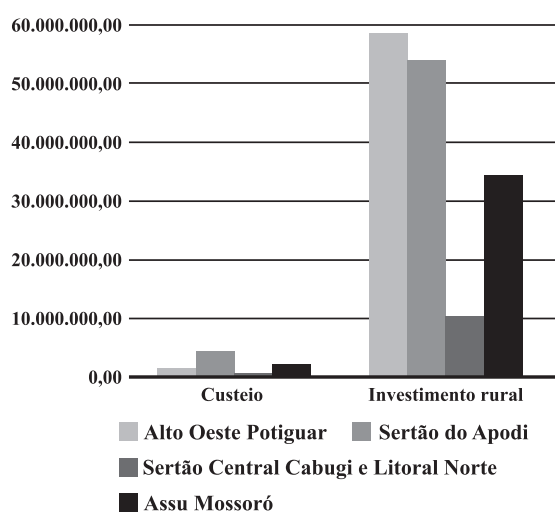


Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Da mesma forma, quando se analisa a obtenção de recursos financeiros do AGROAMIGO finalidade Custeio, de acordo com a pesquisa, de um total de apenas R\$ 8.129.164,85 para o período de 2005 a 2015, o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte foi o que obteve o menor volume de recursos de microcrédito finalidade Custeio (R\$ 428.926,00), seguido pelos territórios, Alto Oeste (R\$ 1.320.295,76), Açu-Mossoró (R\$ 2.009.820,00) e o de maior valor, Sertão do Apodi (R\$ 4.370.123,09), conforme Gráfico 4.

Essa característica mostrada pela pesquisa dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), onde a maioria absoluta da utilização dos recursos financeiros do microcrédito AGROAMIGO é destinada à finalidade Investimento e uma parcela muito pequena é destinada à finalidade Custeio, revela uma face de efeitos negativos do processo de desenvolvimento que deve preocupar tanto elaboradores de política quanto pesquisadores dos estudos rurais. O fato de acontecer a obtenção dos recursos de Investimento em proporção tão dispar da dos recursos de Custeio mostra uma realidade frágil na qual os agentes econômicos locais e territoriais se apresentam despreparados e vulneráveis, especialmente a forças vindas de cima e de fora.

Gráfico 4 – Valores do AGROAMIGO por território para Custeio e Investimento de 2005 a 2015 (em R\$)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

A necessidade de investimento nessa proporção sugere uma realidade ainda com uma ausência e deficiência de infraestrutura (pública e de produção econômica), de organização coletiva e com dificuldades e desvantagens históricas de inserção em mercados. Uma realidade com essas características dificilmente encontra forças capazes de desencadear um processo autônomo de desenvolvimento, sendo necessárias ações de intervenção visando direcionar políticas de indução do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento rural. Serão necessárias estratégias no sentido de criar mecanismos e as condições necessárias para que forças endógenas possam surgir e se expandir gerando um processo contínuo e duradouro de desenvolvimento. É nesse ponto que o AGROAMIGO pode contribuir fortemente, quando utilizado como mecanismo de política de Microcrédito capaz de promover, por meio do Investimento, a estruturação da produção econômica, da organização coletiva e a inovação tecnológica, e, com o Custeio, a diversificação da agricultura familiar, a criação e ampliação de oportunidades dignas e a inserção de agricultores familiares nos mercados.

5 Considerações finais

O Microcrédito como mecanismo de política agrícola representa um meio capaz de criar as condições necessárias para que forças endógenas

possam surgir e engendrar processos em dinâmicas de desenvolvimento rural, a partir da utilização dos recursos de Investimento e Custeio em cadeias produtivas da agricultura familiar de territórios rurais. No entanto, a maior parte dos agricultores familiares, principalmente os mais pobres, não tem acesso tanto ao crédito como aos vários serviços financeiros ofertados formalmente pelos bancos e outros agentes financeiros. Para agravar ainda mais, quando essa problemática é trazida para a realidade rural da região Nordeste, anos seguidos de seca têm ocasionado consequências, a exemplo da perda de safra, queda de produção, rebanho dizimado, fragilidade de estrutura produtiva, entre outros fatores, levam inclusive à inadimplência dos agricultores familiares que tiveram acesso ao crédito. Apesar dos fatores como a seca, os agricultores dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN) obtiveram significativa evolução no número de contratos de *Microcrédito* na modalidade AGROAMIGO de 2005 a 2015, pois a pesquisa identificou que uma melhoria do atendimento ampliou o número de beneficiários com a redução dos custos financeiros para os agricultores familiares.

Portanto, constata-se ao longo deste artigo que, quanto ao referencial teórico utilizado, a perspectiva keynesiana foi pioneira em tratar do investimento como variável endógena do processo de desenvolvimento capitalista. Entretanto, apesar do pioneirismo em tratar o investimento, as contribuições da teoria keynesiana são mais adequadas para economias desenvolvidas, sendo inadequadas para dar respostas aos problemas de interpretação deste artigo. Por outro lado, a perspectiva de Hirschman se apresentou mais adequada por tratar do investimento público como elemento indutor do desenvolvimento em países em desenvolvimento e suas regiões, sendo esta perspectiva mais fácil de interpretar e explicar os efeitos de mecanismos de políticas em uma realidade econômica limitada, a exemplo do que trata este estudo sobre o AGROAMIGO nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

Outro ponto de destaque foi constatar a evolução tanto das operações contratadas como dos valores do AGROAMIGO, especialmente na sua finalidade Investimento, o que sugere que apesar dos anos de seca os agricultores familiares acessaram o Microcrédito no intuito de garantir os re-

curso para manter minimamente seus rebanhos. Por outro lado, nota-se claramente a partir da pesquisa que o acesso aos recursos do AGROAMIGO modalidade Custeio foi muito baixo. Neste caso, a pesquisa revelou que o acesso iniciou tardiamente, inclusive com queda no acesso por parte dos agricultores familiares no último ano, devido às quebras de safra geradas por períodos de seca. Esse fenômeno de mais Investimento e menos Custeio acontece em realidades pobres e de grande fragilidade econômica, sendo essa a característica mais marcante do meio rural dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

Quanto ao destino dos recursos do AGROAMIGO, a pesquisa constatou a predominância da finalidade Investimento para a ampliação da escala de cadeias tradicionais, levando este Programa no sentido de reproduzir a antiga receita de se concentrar em poucas cadeias produtivas, e naquelas que não apresentam a capacidade necessária para gerar encadeamentos para frente e para trás. Por outro lado, nota-se que foram alteradas regras para que o AGROAMIGO fosse acessado para atividades novas e não tradicionais, especialmente as que tratam de agregação de valor por meio do beneficiamento de produtos a exemplo da cajucultura, apicultura e polpa de frutas. Mesmo assim, essa estratégia ainda se mostra insuficiente para desencadear um processo de diversificação da agricultura familiar, ser capaz de estimular a inovação (*innovation*) e o surgimento de novidades (*novelty*), e possibilitar a criação e expansão de oportunidades para a maioria das pessoas, a exemplo da estratégia *Labour Driven-Intensification*.

A pesquisa identificou que, desde sua criação, em 2005, o AGROAMIGO tem gerado impactos positivos na agricultura familiar dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN). Entretanto, apesar de iniciar a ampliação dos recursos no sentido de apoiar cadeias novas, a pesquisa mostrou a enorme disparidade da obtenção dos recursos para as finalidades investimento e custeio. Os quatro territórios estudados revelam uma fragilidade de infraestrutura de produção no momento em que, dos recursos obtidos nos 10 anos do AGROAMIGO, quase sua totalidade foi destinada para investimentos e muito pouco para custeio, o que limita a geração de riqueza nova, de oportunidades e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural.

Concluindo, a pesquisa mostrou o lado promissor da ação do AGROAMIGO, no entanto o principal desafio é aumentar os recursos de Custeio para utilizar a estrutura construída para gerar riqueza nova e gerar desenvolvimento. Enfim, esse desafio leva à necessidade de mais apoio do AGROAMIGO e de mais inovações tecnológicas de melhoramentos, tendo em vista as exigências para a inserção em mercados. A vantagem é a de que os agricultores familiares já iniciaram sua estruturação econômica por meio das cooperativas, o que vem fortalecendo o segmento e gerando ações de Inclusão Produtiva a partir de oportunidades nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

6 Referências

ARIAS, P.; HALLAM D.; KRIVONOS E.; MORRISON J. **Smallholder integration in changing food markets**. (FAO) Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome, 2013, 48 p.

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 2004.

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR, M.; MADEIRA, G. de A.; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R. A. dos. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeito do programa**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1 ed. 1998.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, n. 14, p. 211-250, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p211/10959>> Acesso em: 02 abr. 2013.

BIELSCHOWSKY, R. **Reformas: Investimento em Infraestrutura no Brasil**. Brasília: IPEA/Cepal, 2002.

- CÂNDIDO Jr, J. O. **Efeitos do Investimento Público sobre o Produto e a produtividade: uma análise empírica.** Brasília: IPEA, 2006 (Texto para Discussão n. 1204).
- CAMPOMAR, M. C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul-set. 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development.** New Haven, USA: Yale University Press, 1958.
- KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Atlas, , 1982.
- LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 22, p.3-42, 1988.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S; MATOS-FILHO, J; GODEIRO-NUNES, K. F.; AQUINO, J. R. de. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 43, p. 91-126, 2014.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Polo Assu/Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 3, p. 561-584, jul.-set. 2012.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açú-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 601-626, 2013.
- NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; DIAS, T. F. et al. A Inserção da Agricultura Familiar em Mercados: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 50, **Anais...**, 2012, Vitória/ES: SOBER- Nacional, 2012c.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Sertão do Apodi, 2010.
- PLOEG, J. D.; WISKERKE, J. S. C. (Eds.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.** Assen: Van Gorcum, 2004.
- PLOEG, J. D. **Peasants and the Art of Farming: a chayanovian manifesto.** Halifax, NS: Fernwood, 2013.
- PLOEG J. D. **The New Pansaries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** London, Sterling: Earthscan, VA, 2008.
- SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products.** Netherlands, Assen: Van Gorcum, 1998.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar.** Porto Alegre,: Editora da Universidade-UFRGS, 2003.